

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CAMPUS DE SANTO ÂNGELO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* - EM DIREITO  
DOUTORADO**

**ALINE ADAMS**

**PAUTAS FEMINISTAS PUNITIVISTAS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES  
E CRIMINOLOGIA CRÍTICA: INTERCONEXÕES (IM)POSSÍVEIS A PARTIR DE  
UMA PESQUISA EMPÍRICA**

**SANTO ÂNGELO – RS**

**2022**

**ALINE ADAMS**

**PAUTAS FEMINISTAS PUNITIVISTAS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES  
E CRIMINOLOGIA CRÍTICA: INTERCONEXÕES (IM)POSSÍVEIS A PARTIR DE  
UMA PESQUISA EMPÍRICA**

**Tese apresentada como requisito  
parcial à obtenção do grau de doutora  
junto ao Programa de Pós-Graduação  
em Direito da Universidade Regional  
Integrada do Alto Uruguai e das  
Missões – Campus de Santo Ângelo.**

**Orientadora: Profa. Dra. Rosângela  
Angelin**

**SANTO ÂNGELO – RS**

**2022**

**ALINE ADAMS**

**PAUTAS FEMINISTAS PUNITIVISTAS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES  
E CRIMINOLOGIA CRÍTICA: INTERCONEXÕES (IM)POSSÍVEIS A PARTIR DE  
UMA PESQUISA EMPÍRICA**

**Tese apresentada como requisito  
parcial à obtenção do grau de doutora  
junto ao Programa de Pós-Graduação  
em Direito da Universidade Regional  
Integrada do Alto Uruguai e das  
Missões – Campus de Santo Ângelo.**

Santo Ângelo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Rosângela Angelin  
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI

---

Profa. Dra. Charlise Paula Colet Gimenez  
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI

---

Prof. Dr. Osmar Veronese  
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI

---

Profa. Dra. Luanna Tomaz de Souza  
Universidade Federal do Pará – UFPA

---

Prof. Dr. André Leonardo Copetti Santos  
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI

Dedico esta tese a minha mãe (*in memoriam*) e a minha filha, ambas Marias. Minha força, minha luta e meus desejos de um mundo melhor para todas as mulheres nasceram de você, minha mãe, e são reafirmados todos os dias para você, minha filha.

## AGRADECIMENTOS

Sei que às vezes pode parecer *clichê* dizer que não cheguei até aqui sozinha e que carrego comigo muitas pessoas, mas é efetivamente assim que me sinto no momento em que encerro esta caminhada. Sou feita de muitas e de muitos que estiveram perto ou longe durante este processo e que contribuíram sobremaneira para que o resultado fosse esse – e é a elas e eles que preciso agradecer neste momento.

Em primeiro lugar agradeço à Maria, minha filha, pela compreensão por todo tempo em que estivemos longe, muito longe, com quilômetros de distância nos afastando durante o tempo em que eu fazia as disciplinas do curso em Santo Ângelo-RS, trabalhava em São Borja-RS e ela morava em Santa Maria-RS. Ela era tão pequenininha, mas tão compreensiva, generosa, gentil. Cada lágrima que escorreu em nosso rosto durante aqueles anos hoje é recompensada. Maria, meu amor, cada linha aqui é tua, cada desejo de um mundo melhor para todas as mulheres só passou a existir com a potência de hoje depois que você chegou e me transformou por completo. Eu te amo do tamanho do universo! Obrigada, obrigada, obrigada!

Aos meus pais, Maria (*in memoriam*) e Gildo, que nunca mediram esforços para que eu tivesse acesso à educação e que se orgulham de eu ter chegado no mais alto nível acadêmico, aquele do qual eles não tiveram oportunidade de chegar. Mãe, mesmo dezessete anos depois da sua partida ainda é dolorido não ter você aqui em conquistas importantes como esta, ainda que eu saiba que o amor que nos une é maior do que a matéria e que transcende nossos corpos. Obrigada por cada pedacinho de memória que construímos juntas e que levarei em meu coração enquanto existir. Pai, mais uma vez eu não teria chegado ao fim se não fosse seu apoio, incentivo e auxílio. Você, que vibra e se orgulha a cada vitória desde que eu entrei na pré-escola, é meu exemplo de desprendimento, dedicação, justiça e amor. Este trabalho e este título também são seus.

Ao Alexander, amor que encontrei durante esta caminhada, minha gratidão pelo apoio emocional, pelas tarefas domésticas divididas, pelo cuidado com a minha filha quando eu precisei me dedicar à Tese, pelo hercúleo trabalho de auxílio na transcrição e ajuste fino nas entrevistas, pelo ouvido atento aos meus devaneios e as minhas hipóteses, pelo homem em constante processo de (des)construção que você vem se tornando. O meu mundo é mais leve e feliz contigo e eu desejo que a vida nos mantenha juntos enquanto a melhor hora do dia seguir sendo o teu (a)braço. À Alice,

minha doce enteada, que foi chegando de mansinho e conquistando cada pedacinho do meu coração como uma filha que não é da barriga, mas da alma. Este trabalho também é para ti, minha querida, na esperança de que tenhamos um mundo menos desigual, menos injusto, menos desumano e mais feliz para todas nós.

As minhas tias Denise, Derise (dinda) e Lena, obrigada pela presença de sempre, pelo cuidado materno, pelo afeto, pela torcida. Eu sou muito mais segura e confiante sabendo que vocês existem e amparam a mim e à Maria quando precisamos. À Mônica, minha irmã-prima, que compartilha comigo as melhores memórias de infância, obrigada por ser quem você é, sempre.

Ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Regional do Alto Uruguai e Missões, sua coordenação e corpo docente, pela oportunidade de cursar este doutorado em meio a um ambiente acadêmico acolhedor e humano. A minha orientadora, profa. Rosângela Angelin, amiga de muito tempo, que abriu as portas de sua casa para me receber durante todo o período das disciplinas. Obrigada pelo apoio, escuta, confiança. Se o mundo tivesse mais pessoas como você com certeza seria um lugar muito melhor para se viver. Agradeço também ao professor André Leonardo Copetti Santos, meu primeiro orientador desta tese, por acreditar no meu trabalho e apoiar, sem titubear, esta temática. Às professoras Charlise Paula Colet Gimenez e Luanna Tomaz de Souza e ao professor Osmar Veronese, membras e membro da banca de avaliação desta Tese, agradeço à disponibilidade em participar deste importante momento. À Alana e à Débora, minha gratidão pela presteza, dedicação e cordialidade. Aos colegas da primeira turma de Doutorado em Direito da URI, campus Santo Ângelo-RS, Alini, Alexandra, Isabel, Jacson, Jean, Liana, Luthiane, Mário (*in memoriam*) e Pam minha gratidão por ter tido a honra de dividir a sala de aula, as conversas de corredores, as piadas do grupo, as reflexões e camaradagens. Como seria bom se todas as turmas, de todos os cursos, sempre fossem iguais a nossa! O apoio de vocês foi fundamental nessa jornada.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, agradeço pela concessão de afastamento parcial bem como de licença capacitação, durante a realização deste curso e que tornaram o caminho menos árduo. Agradeço ainda às colegas e amigas do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) do campus São Borja, especialmente às “de sempre”, Carol, Bárbara, Bianca e Fernanda pelas oportunidades de discussões, trocas de conhecimentos e por toda a “balbúrdia” que fizemos e faremos. Vocês me fazem mais forte! A minha amiga, agora colega

aposentada, Tere por ser um ombro amigo em toda e qualquer hora. Teu incentivo e teu exemplo foram e são cruciais para mim!

Ao Arthur, pai da minha filha, e sua família, especialmente à dona Emília e ao seu Dorinho, seus pais, agradeço o apoio de sempre. Compartilhar a criação e o cuidado da Maria com vocês permitiu que eu realizasse o sonho de ser doutora quando não mediram esforços para estar onde fosse preciso e atender a nossa pequena. Que sorte ela e eu temos de ter vocês!

Ao Renan, meu amigo de todas as horas, pelo carinho da “vida jurídica” inteira, pelo acolhimento nos momentos em que precisei, pelos conselhos acadêmicos e psicológicos. Há vinte anos ingressamos juntos no curso de Direito da UFSM e este ano seremos doutores em distintos programas de pós-graduação. Nossas caminhadas não foram lineares, muito menos parecidas, mas a certeza de ter você auxiliando sempre que possível me fez e me faz mais segura. Obrigada!

Agradeço as minhas amigas do grupo “Pracinha Comunista”, Ana, Amanda, Gio, Heike, Luisa, Nath e Marília, por termos encontrado umas as outras durante essa árdua e solitária jornada que é a maternidade. Há seis anos vocês fazem diariamente minha vida mais divertida, leve e tranquila, além de contribuírem para a construção de quem eu sou hoje. Obrigada por concederem e cassarem minha “carteirinha de feminista” sempre que foi preciso, por dividirem as angústias políticas desde o golpe de 2016 e por simplesmente estarem aí, dia ou noite, a todo instante para ajudar a acalmar o coração ou jogar conversa fora. Eu não imagino mais o cotidiano sem vocês! Aproveito, ainda, para agradecer especialmente à Marília e sua tia Bel que auxiliaram gratuitamente nas transcrições e ajuste fino das entrevistas, dedicando tempo que não tinham para me ajudar e à Ana e Marília que fizeram importantes indicações de contatos de mulheres participantes de movimentos, ONGs e coletivos feministas. A “virada de chave” desta tese veio depois destas entrevistas e devo elas a vocês, minhas amigas.

Por fim, minha gratidão a todas as mulheres participantes desta pesquisa que contribuíram com seu tempo, conhecimento e reflexões para que este trabalho fosse desenvolvido. Eu aprendi muito com cada uma de vocês e me sinto muito orgulhosa de tê-las entrevistado.

*De dentro do apê  
Ar condicionado, macbook, você vai dizer  
Que é de esquerda, feminista, defende as  
mulher  
Posta lá que é vadia, que pode chamar de  
puta  
Sua fala nem condiz com a sua conduta  
Vai pro rolê com o carro que ganhou do pai  
Pra você vê, não sabe o que é trabalho  
E quer ir lá dizer  
Que entende sobre a luta de classe  
Eu só sugiro que cê se abaixe  
Porque meu é tiro certo e vai chegar direto  
na sua hipocrisia  
[...]  
Quando foi que cê parou pra perguntar o  
nome  
E pra falar sobre seu ativismo?  
Quando foi que cê pisou numa favela pra  
falar sobre o seu  
Fe-mi-nis-mo?  
Sempre deixando pra amanhã  
Deixando pra amanhã  
Há miliano que cês tão queimando sutiã  
E nós, as mulher preta?  
Nós só serve pra você mamar na teta  
Ama de leite dos brancos  
Sua vó não hesitou quando mandou a  
minha lá pro tronco*

(Bia Ferreira)

## RESUMO

Esta Tese do curso de Doutorado em Direito - linha de pesquisa Direito e Multiculturalismo, do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* – Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões (URI), campus Santo Ângelo teve como objetivo geral analisar quais são as possíveis conexões existentes com os discursos dos Movimentos Feministas e a Criminologia Crítica no combate à violência contra as mulheres. A metodologia adotada tem como base epistemológica o feminismo e se desenvolve por meio de pesquisa empírica. O método de procedimento adotado foi o misto, abrangendo análises qualitativas frente aos casos concretos sobre a temática proposta e o enfrentamento destes a partir de dados levantados por outras fontes, em especial, bibliográficos e dados disponibilizados pelas entrevistadas. Como técnica de coleta de dados utilizamos entrevista semiestruturada realizada com 27 mulheres participantes de movimentos, coletivos ou ONGs feministas brasileiros. O tratamento dos dados foi feito por meio de análise de conteúdo. Nos resultados obtidos verificamos que com relação à pauta da violência contra as mulheres, esses diferentes movimentos, que não são uníssomos, historicamente não foram olhados por meio da Criminologia Crítica, porque ela foi construída por homens e para os homens sem levar em consideração não só as pautas dos Movimentos Feministas como, especialmente, não se preocupar em enxergar a si própria por meio de uma epistemologia feminista. Além disso, a criminologia feminista, surgida paralelamente à ascensão das tendências punitivistas do final do século XX, ainda não foi capaz de conciliar as pautas entre o feminismo e a Criminologia Crítica, relacionados ao punitivismo penal. Isso porque os Movimentos Feministas e as produções acadêmica e legislativa, a partir dos anos 80 - do século XX, no Brasil, traçaram discursos punitivistas e de Direito Penal simbólico que, se por um lado, foram importantes naquele momento histórico para dar visibilidade às mulheres como sujeitas de direito, por outro lado, foram incorporadas no discurso populista que legitima o sistema penal – justamente o mesmo sistema que tem como função primordial o controle dos corpos das pessoas indesejáveis, ou seja, as negras, pobres e periféricas. O processo crescente de empoderamento feminino e de luta contra a violência, contudo, não foi paralelo aos movimentos abolicionistas e anti-carcerário, que só encontra algum vigor dentro das discussões do Movimento Feminista negro, ainda que em nossa pesquisa esse discurso não tenha sido uníssono. Nesse sentido, não há conexão entre os discursos feministas e criminológicos críticos em relação à diminuição da violência contra a mulher. A possibilidade, assim, de diminuição da violência de gênero não deve ser relacionada apenas ao incremento da legislação penal, mas passa por um processo contínuo não só de desconstrução das masculinidades compulsórias e do machismo recreativo na educação formal e não formal, como também da inserção de mecanismos restaurativos na gestão desses conflitos.

**Palavras-chave:** movimentos feministas; Criminologia Crítica; punitivismo penal; masculinidades compulsórias; mecanismos restaurativos.

## ABSTRACT

The present Doctoral Thesis in Law, from the Line of Research Law and Multiculturalism, was presented in the Postgraduate Program *stricto sensu* – Master's and Doctorate in Law at the Integrated Regional University of Alto Uruguai e Missões (URI), Campus Santo Ângelo. This study aimed to analyze which were the possible connections among the discourses of the Feminist Movements and Critical Criminology in the fight against violence against women. The methodology adopted has feminism as its epistemological basis and it is developed through empirical research. The method of procedure was mixed, covering qualitative analyzes comprising concrete cases on the proposed theme and the confrontation of these from data collected by other sources, such as bibliographic and data presented by the interviewees. For the data collection technique, we used semi-structured interviews with 27 women who took part in Brazilian feminist movements, collectives or NGOs. Data processing was done through content analysis. The results showed that with regard to the agenda of violence against women, these different movements, which are not unison, have not historically been looked at through Critical Criminology. This happens because this line of thought was built by men and for men, without even considering the guidelines of the Feminist Movements such as, especially, not worrying about seeing themselves through a feminist epistemology. In addition to that, feminist criminology, which emerged in parallel with the rise of punitive tendencies at the end of the 20th century, has not yet been able to coordinate the guidelines between feminism and Critical Criminology, related to penal punitivism. This happens because the Feminist Movements and academic and legislative productions, from the 1980s onwards, in the 20th century, in Brazil, traced punitive discourses and symbolic Criminal Law that, on the one hand, were important at that historical moment to give visibility to women as subjects of law. On the other hand, they were incorporated into the populist discourse that legitimizes the penal system – precisely the same system that has as its primary function the control of the bodies of undesirable people, that is, people who are black, poor and located out of the big urban centers. The growing process of female empowerment and the fight against violence, however, was not parallel to the abolitionist and anti-carceral movements, which only found some support within the discussions of the Black Feminist Movement, although in our research this discourse has not been unanimous among the interviewees. In this sense, there is no connection between critical feminist and criminological discourses regarding the reduction of violence against women. The possibility, therefore, of reducing gender violence should not be related only to the increase in penal legislation, but instead it should go through a continuous process not only of deconstruction of compulsory masculinities and recreational sexism in formal and non-formal education, but also of restorative mechanisms in the management of these conflicts.

**Keywords:** feminist movements; Critical Criminology; penal punitivism; compulsory masculinities; restorative mechanisms.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Fluxograma do percurso das entrevistas.....	51
Figura 02 – Cidade das entrevistadas no mapa do Rio Grande do Sul.....	54
Figura 03 – Cidade das entrevistadas no mapa do Brasil.....	54
Figura 04 – Nuvem de palavras de Brida – ONG Girassol Amigx da Diversidade.....	59
Figura 05 – Nuvem de Palavras de Ana Cláudia – Marcha Mundial de Mulheres.....	60
Figura 06 – Nuvem de Palavras de Clarice – Movimento de Mulheres Camponesas.....	61
Figura 07 – Nuvem de Palavras de Soraya – Midia Femme.....	62
Figura 08 – Nuvem de Palavras de Mariuza – Redes Sociais.....	63
Figura 09 – Nuvem de Palavras de Rosa – Sindicato dos Professores Municipais de Ijuí.....	65
Figura 10 – Nuvem de Palavras de Gládis – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Ijuí-RS.....	66
Figura 11 – Nuvem de palavras de Rosane – Rede Sina.....	67
Figura 12 – Nuvem de Palavras de Ruth – Redes Sociais.....	68
Figura 13 – Nuvem de Palavras de Camila – Marcha das Vadias.....	70
Figura 14 – Nuvem de Palavras de Angélica – Coletivo Despertar.....	72
Figura 15 – Nuvem de Palavras de Simone – Grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro.....	75
Figura 16 – Nuvem de Palavras de Márcia – Redes sociais.....	76
Figura 17 – Nuvem de Palavras de Eliane – Grupo Mulheres do Brasil.....	77
Figura 18 – Nuvem de Palavras de Nara – Themis.....	79
Figura 19 – Nuvem de Palavras de Rosângela – SOF.....	80
Figura 20 – Nuvem de Palavras de Preta – MLB.....	83
Figura 21 – Nuvem de Palavras de Maria – Fórum de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres de Santa Maria-RS.....	84
Figura 22 – Nuvem de Palavras de Sueli – MNU.....	87
Figura 23 – Nuvem de Palavras de Charlise – Católicas pelo Direito de Decidir.....	89
Figura 24 – Nuvem de Palavras de Clarinda – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.....	90

Figura 25 – Nuvem de Palavras de Jânia – Coletivo Lesbibahia, Rede Sapatá, Rede de Mulheres Negras.....	93
Figura 26 – Nuvem de Palavras de Bernadete – Marcha das Margaridas.....	95
Figura 27 – Nuvem de Palavras de Andréa – CLADEM.....	96
Figura 28 – Nuvem de Palavras de Leilamaria – Polícia Civil do Rio Grande do Sul.....	97
Figura 29 – Nuvem de Palavras de Mariluce – CFEMEA.....	100
Figura 30 – Nuvem de Palavras de Deisy – CEPIA.....	103
Figura 31 – Charge sobre trabalho doméstico.....	135
Figura 32 – Capa do jornal “O Pasquim” com Betty Friedan.....	139
Figura 33 – Capa do jornal “O Pasquim” sobre o Congresso Feminista no México.....	139
Figura 34 – Charge de Ziraldo “O piche”.....	140
Figura 35 – Capa da Revista Realidade de janeiro de 1967.....	143
Figura 36 – Campanha #MeuPrimeiroAssédio.....	171
Figura 37 – Campanha #MeuAmigoSecreto.....	171
Figura 38 – Protesto Mulheres contra Cunha, outubro de 2015.....	173
Figura 39 – Marcha das Vadias do Rio de Janeiro – 2012.....	176
Figura 40 – Publicação de Madonna na sua rede social Instagram aderindo à campanha #EleNão.....	182
Figura 41 – Captura de tela do “time” do Grupo Mulheres do Brasil – Imagem 1.....	285
Figura 42 – Captura de tela do “time” do Grupo Mulheres do Brasil – Imagem 2.....	285
Figura 43 – Captura de tela da descrição do Grupo Mulheres do Brasil.....	286
Figura 44 – Envelope da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes.....	318
Figura 45 – Introdução da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes.....	319
Figura 46 – Parte da bancada feminina na Constituinte.....	321
Figura 47 – Banner informativo sobre o aplicativo Laudelina.....	337

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Para você, nos últimos 12 meses, a violência doméstica ou familiar contra a mulher.....	26
Gráfico 02 – Em sua opinião, qual é a principal forma de diminuir a violência contra a mulher?.....	27
Gráfico 03 – “O senado avalia tornar crime a violência contra a mulher cometida por meio eletrônico, como redes sociais e mensagens de celular. Se essa proposta for aprovada, você acha que a proteção à mulher vai:”.....	28
Gráfico 04 – De forma geral, você acha que as mulheres são tratadas com respeito no Brasil?.....	28
Gráfico 05 – De forma geral, você considera o Brasil um país:.....	29
Gráfico 06 – Representatividade com relação à cor das entrevistadas.....	53
Gráfico 07 – Nível de escolaridade das pesquisadas.....	55
Gráfico 08 – Evolução das pessoas privadas de liberdade entre 1990 e 2017.....	249
Gráfico 09 – Evolução da taxa de aprisionamento no Brasil entre 1990 e 2017....	250
Gráfico 10 - Taxas de homicídios de negros e de não negros a cada 100 mil habitantes dentro destes grupos populacionais – Brasil (2007-2017).....	259

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Estado da arte na temática desta tese junto à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) entre os anos de 2015 e 2019.....	32
Quadro 02 – Estado da arte na temática desta tese junto ao repositório dos eventos nacionais e internacionais do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI) entre os anos de 2015 e 2019.....	34
Quadro 03 – Técnicas de pesquisa.....	43
Quadro 04 – Critérios de inclusão e exclusão na pesquisa.....	45
Quadro 05 – Amostragem de movimentos, coletivos e ONGs feministas inseridos na Pesquisa de Tese.....	46
Quadro 06 – Amostragem das instituições participantes.....	47
Quadro 07 – Organização do material explorado.....	49
Quadro 08 – Idades das participantes da pesquisa.....	53
Quadro 09 – Ocupação das participantes da pesquisa.....	55
Quadro 10 – Histórico de alterações do nome do grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro entre os dias 14 e 16 de setembro de 2018.....	183
Quadro 11 – Adequação Individual de Robert Merton.....	216
Quadro 12 – Primeiras ONGs do Movimento Feminista e de mulheres brasileiras.....	322
Quadro 13 – Trechos punitivistas de obras de juristas feministas entre os anos 1980 e 2000.....	338
Quadro 14 – Grupos de participantes na pesquisa com relação ao discurso penal.....	366

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Variação da violência contra a mulher no Brasil e no Rio Grande do Sul entre 2019 e 2020.....	22
Tabela 02 – Indicadores da violência contra a mulher no Rio Grande do Sul entre 2012 e 2020.....	24

## LISTA ABREVIATURAS E DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas e Técnicas
BDTD	Banco de Teses e Dissertações
BNH	Banco Nacional de Habitação
CECF	Conselho Estadual da Condição Feminina
CEDAW	Comitê da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CEJIL	Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional
CEPIA	Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CLADEM	Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher
CMDM	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CONPEDI	Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DDM	Delegacia de Defesa da Mulher
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
DEM	Partido Democratas
DIU	Dispositivo Intrauterino
EUA	Estados Unidos da América
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FOFA	Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GAPA	Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS
GRITAM	Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria para Mulheres

IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
JECRIM	Juizado Especial Criminal
JOC	Juventude Operária Católica
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e todas as demais Identidades e orientações sexuais
LibFem	Feminismo Liberal
MLB	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MLC	Movimento de Luta de Classes
MMC	Marcha das Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial de Mulheres
MNU	Movimento Negro Unificado
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MUCB	Mulheres Unidas contra Bolsonaro
NOW	National Organization of Women
NUM	Ni Una Menos
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PLP	Promotoras Legais Populares
PP	Partido Progressista
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC/RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RadFem	Feminismo Radical
RedeTrans	Rede Nacional de Pessoas <i>Trans</i> do Brasil
SAJU	Serviço de Assessoria Jurídica Universitária
SIM	Serviço de Informação à Mulher
SOF	Sempreviva Organização Feminista
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SUS	Sistema Único de Saúde
UEE	União Estadual de Estudantes
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UJR	União da Juventude Rebelião
UnB	Universidade de Brasília
UP	Unidade Popular
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>20</b>
1.1 Sobre o desacomodar: fundamentos sobre a escolha do tema de pesquisa.....	21
1.2 Problema da Tese.....	35
1.3 Hipóteses da Tese.....	35
1.4 Objetivos da Tese.....	37
<b>2 TRAÇANDO O CAMINHO: DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....</b>	<b>40</b>
2.1 Modos de raciocínio e Métodos de abordagem.....	41
2.2 Método de procedimento.....	42
2.3 Técnicas de pesquisa.....	43
2.4 Desvelando as personagens da pesquisa.....	58
<b>3 FEMINISMOS NO TEMPO, NA EPISTEMOLOGIA E NO DIREITO.....</b>	<b>104</b>
3.1 O princípio da organização do movimento de mulheres e a primeira Onda do Feminismo no Brasil e no mundo.....	105
3.2 O ressurgimento da luta e a segunda Onda do Movimento Feminista.....	131
3.3 Terceira onda do movimento feminista,: teoria queer, interseccionalidade, feminismo negro e decolonial.....	144
3.4 Feminismos em rede: quarta Onda do Movimento Feminista.....	169
<b>4 A CRIMINOLOGIA EM MOVIMENTO: HISTÓRIA DAS IDEIAS E O GÊNERO COMO MARCADOR CRIMINOLÓGICO.....</b>	<b>188</b>
4.1 O princípio da criminologia e as bruxas do medievo.....	188
4.2 Criminologia iluminista e a criminologia positivista: o apagamento das mulheres e a efervescência das teorias raciais.....	197
4.3 A mudança de paradigma e o enfoque sociológico na criminologia.....	209
4.4 Criminologia(s) Crítica(s) e crítica à criminologia.....	225
<b>5 O DISCURSO PUNITIVISTA E A CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO BRASILEIRO.....</b>	<b>246</b>
5.1 Tendências criminológicas punitivistas do final do Século XX e Início do Século XXI.....	247
5.2 Considerações sobre a criminologia feminista.....	260

<b>5.3 Movimentos, coletivos e organizações não governamentais feministas brasileiros: organizações, pautas e estratégias.....</b>	<b>276</b>
<b>5.4 Militância e invisibilidade: o feminismo nos movimentos sociais mistos brasileiros.....</b>	<b>304</b>
<b>6 AS DEMANDAS DO FEMINISMO NO SISTEMA JURÍDICO POSITIVO BRASILEIRO E A (IM)POSSIBILIDADE DE CONEXÃO COM A CRIMINOLOGIA CRÍTICA NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.....</b>	<b>315</b>
<b>6.1 Feminismo jurídico brasileiro e suas estratégias de articulação.....</b>	<b>316</b>
<b>6.2 O paradoxo da projeção das pautas feministas punitivistas no sistema jurídico positivo brasileiro e o ideário emancipatório do movimento.....</b>	<b>340</b>
<b>6.3 Desconstrução das masculinidades compulsórias e do machismo recreativo: um caminho para a superação do patriarcado.....</b>	<b>368</b>
<b>6.4 Mecanismos restaurativos na gestão de conflitos envolvendo violência contra mulheres: uma proposta possível.....</b>	<b>382</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>398</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>406</b>
<b>APÊNDICE A - Questionário semiestruturado de Entrevista.....</b>	<b>435</b>
<b>APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>	<b>436</b>
<b>APÊNDICE C – Relatório das entrevistas.....</b>	<b>438</b>
<b>ANEXO A – Parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.....</b>	<b>441</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado, apresentada ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu* – Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo, na linha de pesquisa de Direito e Multiculturalismo, tem como tema a criminologia e o feminismo. Assim, delimitamos esta pesquisa para o estudo do paradoxo entre a Criminologia Crítica e o feminismo punitivista, na medida em que este busca a emancipação e autonomia das mulheres o fazendo por meio do sistema penal, que é historicamente patriarcal, sexista, racista e classista.

Salientamos que, ainda que reconheçamos que a escrita formal demanda a construção do texto de forma impessoal, em especial, na área das ciências jurídicas, evitando o uso dos verbos na primeira pessoa do plural e singular, entendemos que é no discurso - que se utiliza de marcadores da subjetividade daquele que escreve -, que se revela a identidade do sujeito e que se explicita a sua posição política e de mundo, que nunca é neutra. Em face disso e de acreditar que esta tese é também fruto de movimento, que sempre é coletivo, e que foi atravessada por todas as mulheres com as quais, como autora da pesquisa, convivi de forma pessoal e/ou acadêmica ao longo da vida, é que este texto oscilará em diferentes formas verbais.

Dado o exposto, a introdução da tese é composta de dois momentos: inicialmente é abordada a contextualização do tema que fundamenta a tese, num segundo momento, adentrarmos na descrição do problema. Em seguida, num terceiro momento, são apresentadas as hipóteses, para, finalmente, se evidenciar os objetivos da pesquisa. Com relação ao delineamento metodológico, optamos por fazê-lo em um capítulo distinto, o primeiro deste trabalho, por acreditarmos que o caminho percorrido de uma tese é o responsável pelo seu resultado, em especial, em trabalhos forjados por pesquisa de campo, além de termos a oportunidade de poder narrar, ainda que minimamente, parte da história das mulheres que aceitaram participar deste estudo. Tal escolha se embasa na justificativa de podermos evidenciar a existência dessas mulheres como atrizes sociais, bem com trazer à baila seus lugares de fala que determinaram suas vivências e, influenciam em seus posicionamentos frente aos questionamentos realizados durante as entrevistas.

## 1.1 Sobre o desacomodar: fundamentos sobre a escolha do tema de pesquisa

A escolha do tema a ser trabalhado dentro de uma Tese de Doutorado enseja, na maioria das vezes, um longo período de reflexão sobre qual será a centralidade do tema a ser pesquisado e, junto a isso, é fundamental se ter presente as motivações para essa escolha. Assim, para fundamentar o tema da tese, seguem abaixo, a exposição do contexto social e, ao mesmo tempo, jurídico que gerou o meu “desacomodar”, enquanto da autora do trabalho, frente ao cenário de violências contra as mulheres, buscando compreendê-lo com mais propriedade.

O Atlas da Violência no Brasil de 2019, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019, p. 35), indica que em 2017<sup>1</sup> houve um crescimento de homicídios de mulheres no país, já que 4.936 foram vítimas, numa média de 13 feminicídios ocorridos por dia. Outro dado importante verificado pela pesquisa é que houve um acréscimo de 30,7% do número de mulheres mortas no país durante a década em análise (2007-2017), bem como no último ano tratado (2016-2017), cujo percentual de aumento foi de 6,3%. Segundo essa pesquisa, no período decenal o Estado que teve maior crescimento foi o Rio Grande do Norte (variação de 252,4%) e, o Estado que teve o maior decréscimo foi Espírito Santo, com variação de -18,8%. Nesse período, ainda de acordo com o IPEA, o Estado do Rio Grande do Sul teve um acréscimo de 56,5% desses casos (IPEA, 2019, p. 43). Já esta mesma pesquisa publicada em 2021 (IPEA, 2021, p. 36), a partir de dados de 2019, indica que naquele ano houve decréscimo de 17,3% no número absoluto de mortes de mulheres no país, sendo que esse dado segue a mesma tendência no número de homens mortos, que foi reduzido em 21,5% em comparação com o ano anterior. Contudo, o IPEA faz ressalva de que essa notícia, que aparentemente poderia ser positiva, precisa ser analisada a partir dos dados de Mortes Violentas por Causa Indeterminada (MVCI), que teve aumento de 35,2% neste ano e provavelmente computou as mortes de mulheres em que o registro não foi feito de forma adequada.

Esses dados incorporam maior sentido, se juntados com a pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2018, p. 109), que revelou haver em 2018 um caso de lesão corporal contra mulheres a cada dois minutos no país, num total de 263 mil registros. Já o número de estupros chegou a 180 por dia naquele

---

<sup>1</sup> O Atlas da Violência é uma publicação realizada anualmente pelo IPEA e que revela dados obtidos dois anos antes.

período, ou seja, 66 mil registros. Enquanto isso, o anuário de 2021 do mesmo Fórum (2021, p. 90) indicou decréscimo dos índices de violência contra a mulher em 2020, trazendo os seguintes dados, num comparativo com o Estado do Rio Grande do Sul:

Tabela 01 – Variação da violência contra a mulher no Brasil e no Rio Grande do Sul entre 2019 e 2020

Crime	Variação entre 2019-2020 no Brasil	Variação entre 2019-2020 no Rio Grande do Sul
Lesão corporal dolosa	-7,4%	-10,6%
Ameaça	-11,8%	-11,3%
Estupro	-21,9%	-26,8%
Estupro de vulnerável	-11,6%	-15,1%
Feminicídio	+0,7%	-17,9%

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021, p. 90-105.

Segundo Amanda Pimentel e Juliana Martins (2020, p. 39), pesquisadoras do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, durante a pandemia, esses índices, ao contrário de revelar a diminuição da violência contra a mulher, sinalizam a ineficácia do sistema de justiça, na medida em que as mulheres encontraram mais dificuldades e obstáculos para denunciar as situações a que foram submetidas, bem como a instabilidade dos órgãos oficiais, com diminuição do número de servidores e horários de atendimento. Para as autoras, considerando que houve incremento do número de feminicídios no país, bem como no número de ocorrências para o telefone 190 (acrécimo no país de 3,8% em relação a 2019, significa que a violência contra a mulher não diminuiu, mas que o registro de boa parte desses crimes não acompanhou essa tendência. Isso ocorreu não só pelo medo das mulheres em efetuarem os registros, ou pelo fato de os agressores estarem mais em casa, dificultando suas saídas, mas também pela ausência de medidas eficazes adotadas pelo governo em um momento tão delicado. Ainda de acordo com as autoras, a despeito da Organização das Nações Unidas (ONU) ter feito uma série de recomendações para orientar os países com relação à violência contra as mulheres durante o período de pandemia, o Brasil, ao contrário de outros países, tomou medidas pouco efetivas, como campanhas e recomendações gerais sobre atuação das redes de proteção. Os países que tiveram bons resultados investiram em serviços online, estabeleceram

serviços de alerta de emergência em farmácias e supermercados, criaram abrigos temporários em quartos de hotéis ou outros espaços para as vítimas de violência de gênero. (PIMENTEL; MARTINS, 2020).

Destarte, os indicadores da violência contra a mulher no Rio Grande do Sul, num monitoramento realizado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, apontam os seguintes números, a partir de 2012:

Tabela 02 – Indicadores da violência contra a mulher no Rio Grande do Sul entre 2012 e 2020

	Ameaça	Lesão corporal	Estupro	Feminicídio consumado	Feminicídio tentado	Total
2012	44.969	27.123	1.454	101	- <sup>2</sup>	73.374
2013	43.879	26.137	1.448	92	229	71.785
2014	44.771	25.542	1.407	75	286	72.081
2015	42.841	24.533	1.472	99	311	69.276
2016	39.606	22.667	1.574	96	263	64.206
2017	37.946	22.960	1.661	83	322	62.972
2018	37.623	21.815	1.712	116	355	61.621
2019	37.381	20.989	1.714	97	359	60.540
2020	33.570	18.927	1.996	80	319	54.892
2021	32.521	18.052	2.180	96	259	53.108

Fonte: SSP-RS, s.a., s.p.

Como se pode observar, embora os índices totais tenham diminuído nesse período, em razão do decréscimo de registros de ameaças e lesões corporais, o mesmo não aconteceu com os delitos considerados mais graves, como estupro e feminicídio consumado. As possíveis causas para essa diminuição dos números absolutos podem ser tanto a eficácia das legislações de proteção à mulher (como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, por exemplo), quanto pelas políticas públicas desenvolvidas nos últimos anos; pelo fato dos Movimentos Feministas em rede terem alcançado êxito nas suas reivindicações ou, ainda, pela cifra oculta da

<sup>2</sup> Esse dado não consta nos indicadores de violência contra as mulheres e meninas da Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul.

criminalidade que faz com que esses delitos não cheguem às agências formais de controle.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que esses índices apontam ainda níveis altos de violência contra as mulheres, as feministas têm se organizado em movimentos, já desde a luta por direitos civis e políticos, até a criação de coletivos e ONGs, a partir dos anos 1970 até os dias atuais. Num primeiro momento, ainda sob a profusão das discussões que envolviam a chamada Segunda Onda do feminismo, as mulheres, especialmente, brancas e provenientes de uma elite intelectual e financeira brasileira, organizavam-se em grupos reflexivos com o objetivo de discutir a condição feminina e o machismo inclusive dentro dos movimentos de esquerda política que denunciavam as barbáries da ditadura militar e buscavam a redemocratização do país. Ainda a violência contra as mulheres, os direitos sexuais e reprodutivos, o trabalho doméstico não remunerado, entre outras pautas, movimentaram os debates que chegaram até mesmo à Assembleia Nacional Constituinte por meio daquilo que ficou conhecido como “lobby do batom”.

Assim, as feministas juristas passaram a articular fortemente suas lutas para modificação da legislação porque compreendem o direito como instrumento de mudança da realidade de muitas mulheres (Carmem Hein de CAMPOS; Fabiana Cristina SEVERI, 2019, p. 973)<sup>3</sup> razão pela qual construíram suas discussões em torno de alterações legislativas em diversos campos, como o Direito Civil, Direito do Trabalho, Direito Previdenciário e o Direito Penal. Isso resultou na elaboração da Lei Maria da Penha por parte dessas feministas, bem como de outras legislações também de cunho punitivista.

Em outro sentido, a Terceira Onda do Movimento Feminista trouxe, de forma concomitante a esses debates, a Teoria Queer (Judith BUTLER, 2016) e a interseccionalidade (Kimberlé CRENSHAW, 1989), questionando não só as questões de gênero e sexualidade como um dado estanque, mas também outros marcadores sociais da diferença, como raça e classe. As feministas negras, dessa forma, têm realizado importantes contribuições para a desconstrução da categoria mulher como

---

<sup>3</sup> Conforme será melhor explicitado adiante, optamos por manter o prenome das mulheres autoras sempre que aparecerem pela primeira vez no texto, ainda que utilizando o sistema autor/data. Estamos cientes de que essa posição contraria as recomendações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), mas o fazemos porque compreendemos que há a necessidade de dar visibilidade para mulheres pesquisadoras e cientistas historicamente apagadas sob o argumento da neutralidade da ciência.

um conceito universal (Lélia GONZALES, 1984), além de trazerem à discussão sobre o quanto o punitivismo legitima um sistema violento e racista, como o penal, que é também prejudicial às mulheres. (Ângela DAVIS, 2018).

Ao contrário das Ondas anteriores, a Quarta Onda do feminismo vem atingindo cada vez um público maior de pessoas por estar associada ao uso das plataformas de redes sociais, como o Facebook, Instagram, Twitter, YouTube, entre outros. Essa Quarta Onda surgiu mediante o avanço e massificação das tecnologias da informação e comunicação e tem discutido não apenas a violência contra as mulheres, mas também diversas outras pautas como a LGBTfobia, o sexismo, o machismo, o racismo, a divisão sexual do trabalho, os padrões estéticos, etc.

É inegável, assim, que a Quarta Onda do Feminismo tem relação intrínseca com o “ciberativismo”, mas não apenas com isso. Ela se relaciona também com a possibilidade de fala de mulheres que, em razão das suas condições econômicas ou próprias de países periféricos, nunca haviam sido ouvidas. Até então os Movimentos Feministas centralizavam-se nos países europeus e no contexto político e social dos Estados Unidos da América, o que foi modificado nesta última década. No Brasil, por exemplo, os Movimentos Feministas conquistaram a Lei do Femicídio (Lei 13.104/2015), que trouxe uma nova qualificadora para o crime de homicídio quando cometido em razão do sexo feminino e o incluiu como crime hediondo.

Nesta última década houve importantes campanhas feministas em rede no Brasil, como #MeuPrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto, #EuNãoMereçoSerEstuprada, #NãoÉNão, #EstuproNuncaMais, #CarnavalSemAssédio, entre outras, que serão mais bem discutidas neste trabalho. Aliadas a movimentos maiores de mulheres, como a Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha das Vadias, a Marcha das Mulheres Camponesas, a Marcha das Margaridas e a Organizações não-governamentais feministas como a Sempre Viva Organização Feminista, a Themis, a Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA), o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM)<sup>4</sup>, parece ter havido uma massificação das discussões relacionadas à violência contra a mulher, especialmente, no que diz respeito à ampliação da legislação punitivista. Tal evidência pode ser

---

<sup>4</sup> Essas são apenas algumas das muitas manifestações feministas, institucionalizadas ou não, que discutem a violência contra as mulheres e que serão oportunamente melhor debatidas.

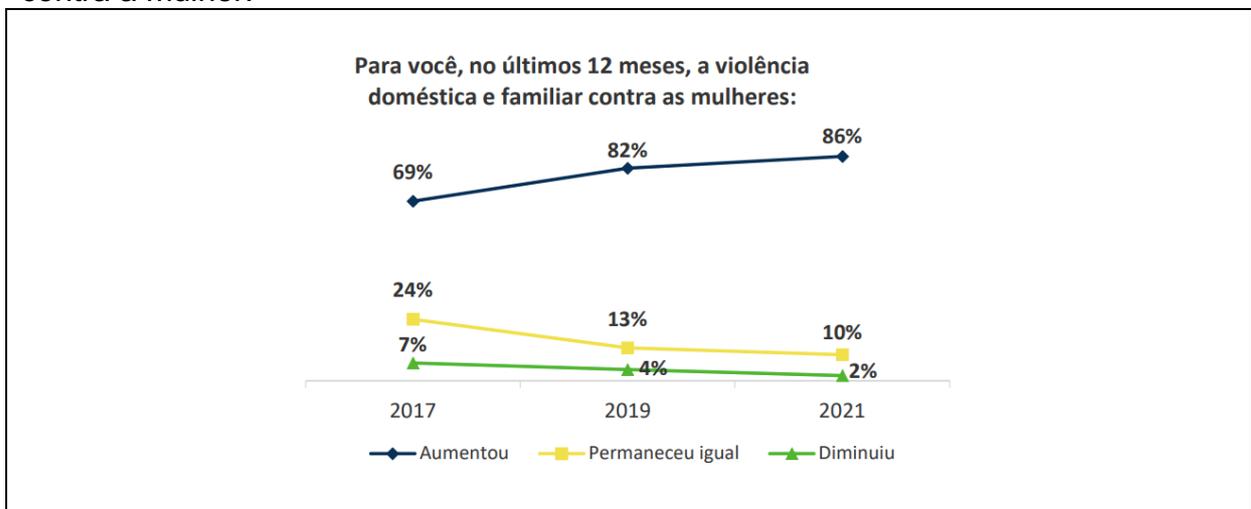
verificada, a título exemplificativo, no trecho a seguir, extraído do site da Marcha Mundial das Mulheres:

A violência contra a mulher é estruturante do patriarcado. A ideia geral sobre a violência contra as mulheres é que se trata de uma situação extrema ou localizada, envolvendo pessoas individualmente. Mas ela nos toca a todas, pois todas já tivemos medo, mudamos nosso comportamento, limitamos nossas opções pela ameaça da violência. Apesar de ser mais comum na esfera privada, como violência doméstica, a violência, a ameaça ou o medo da violência são utilizados para excluir as mulheres do espaço público.

**As leis e medidas punitivas são necessárias**, mas insuficientes para acabar com essa realidade. É necessário pautar de forma permanente o enfrentamento à violência a partir da auto-organização das mulheres, do compromisso político dos movimentos sociais e do Estado com a erradicação da violência sexista. (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, s.a., s.p. Grifos nossos).

Desde 2005 o Instituto de Pesquisa DataSenado, em parceria com o Observatório da Mulher, realiza uma pesquisa de opinião bianual para ouvir as mulheres brasileiras sobre as agressões no país. Em 2021 esta pesquisa teve o resultado de que para 86% das mulheres pesquisadas a violência doméstica ou familiar aumentou (gráfico 01). Esse índice subiu em relação a 2019 que era de 82%, ou seja, a percepção das mulheres brasileiras é a de que, mesmo com a legislação penal em vigência, a violência segue crescendo, (DATASENADO, 2021), conforme demonstra o gráfico, abaixo, resultado da pergunta realizada sobre o aumento da violência doméstica e familiar contra as mulheres:

Gráfico 01 – “Para você, nos últimos 12 meses, a violência doméstica ou familiar contra a mulher:”



Fonte: DATASENADO, 2021, p. 03.

Nesta mesma pesquisa, porém realizada no ano de 2019 (esta pergunta não foi realizada em 2021), para 60% das mulheres participantes, a violência doméstica e familiar só iria diminuir com o aumento de punição para os agressores, conforme demonstra o gráfico 02, a seguir:

Gráfico 02 – Em sua opinião, qual é a principal forma de diminuir a violência contra a mulher?

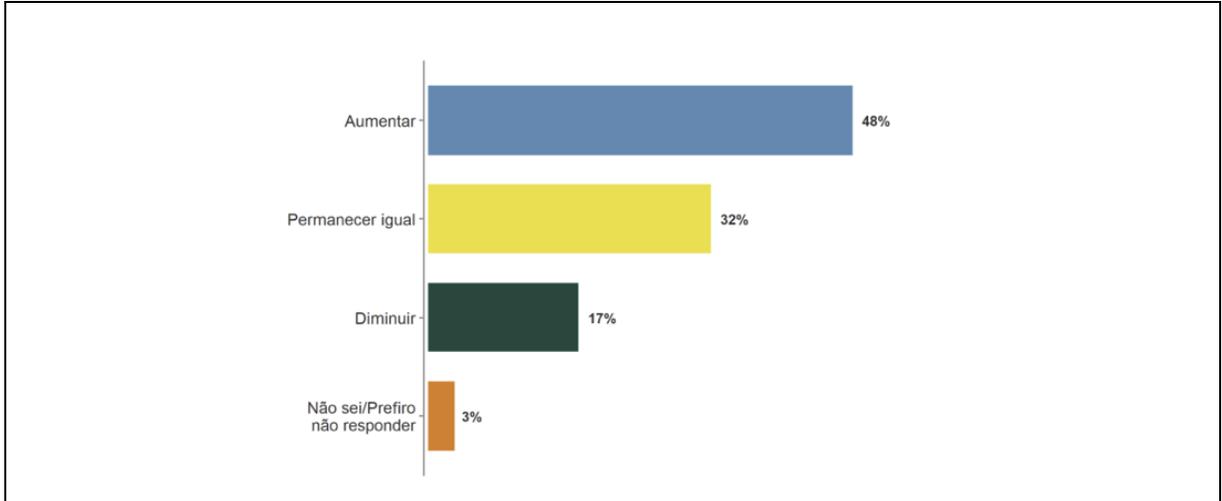


Fonte: DATASENADO, 2019, p. 20.

As pesquisadas, conforme demonstrado no gráfico 02, compreendiam o expansionismo penal como um mecanismo eficaz de proteção e defesa das mulheres. Além disso, 16% delas entendiam que a diminuição da violência depende de discussão do tema nas escolas, 10% de que é preciso aumentar os serviços de atendimento e 9% de que é preciso realizar campanhas contra a violência. Como se pode observar, portanto, os mecanismos educativos de resolução de conflitos não passavam confiança para as pesquisadas, com relação à solução da violência.

Isso também aparece na coleta de dados realizada em 2021, pelo Instituto DataSenado, quando questionou a respeito da criminalização da violência contra a mulher cometida por meio eletrônico, redes sociais e mensagens de celular. Para 48% das participantes a proteção contra as mulheres irá aumentar com esse processo de criminalização (gráfico 03).

Gráfico 03 – “O senado avalia tornar crime a violência contra a mulher cometida por meio eletrônico, como redes sociais e mensagens de celular. Se essa proposta for aprovada, você acha que a proteção à mulher vai:”

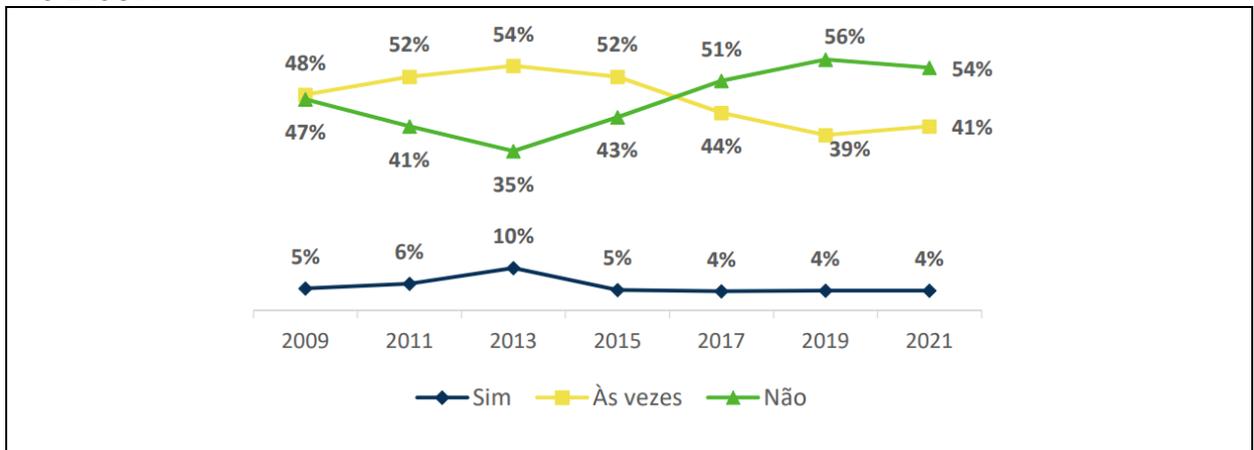


Fonte: DATASENADO, 2021, p. 08.

Essas respostas podem ser reflexo de uma ampliação dos Movimentos Feministas frente ao empoderamento feminino, mas também de um expansionismo punitivista gerado não só por movimentos de esquerda, como pelo incremento de movimentos de Lei e Ordem, que serão discutidos posteriormente.

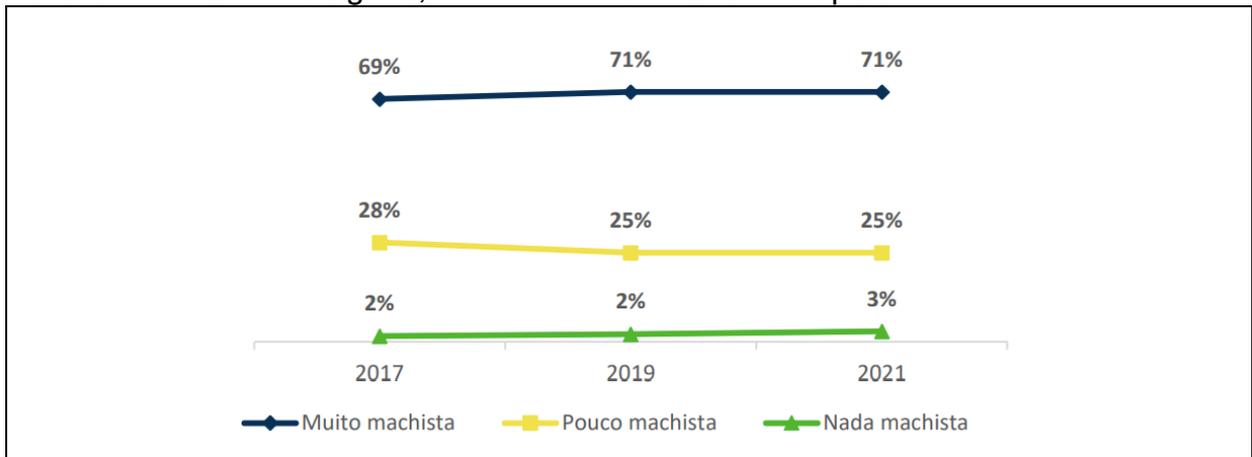
Ainda, essa pesquisa chama atenção de que para 54% das pesquisadas, as mulheres não são tratadas com respeito (gráfico 04) e, isso provavelmente aconteça porque 71% delas reconhecem que o Brasil é um país muito machista (gráfico 05).

Gráfico 04 – De forma geral, você acha que as mulheres são tratadas com respeito no Brasil?



Fonte: DATASENADO, 2021, p. 06.

Gráfico 05 – De forma geral, você considera o Brasil um país:



Fonte: DATASENADO, 2021, p. 07.

Contudo, ainda que possa parecer para a maioria das mulheres ouvidas – e talvez da população e dos juristas em geral –, que o incremento punitivista tenha alguma relação com a redução da violência, isso não é demonstrado pelas pesquisas semelhantes nos casos de drogas, por exemplo. (BORGES, 2018). Nelas, conforme será trabalhado durante esta tese, fica claro que houve um aumento do rigor penal não só no Brasil, como em diversos países do mundo, mas isso não contribuiu para a diminuição do delito de tráfico de drogas; pelo contrário, apenas colaborou para o aumento da população carcerária – majoritariamente pobre e negra.

Essa ideia de que o incremento punitivista reduz a violência é um argumento corriqueiro na sociedade e, precisa ser revisto, com maior profundidade. Dado isso, é importante se ter presente áreas do próprio mundo jurídico que fazem esse debate, a exemplo da Criminologia Crítica, que nasce em meados dos anos 60, do século XX, em oposição à Criminologia tradicional, compreendida como ciência etiológica da criminalidade. Nesse sentido, a Criminologia tradicional explica a conduta considerada criminosa pelo método positivista, ou seja, atribui causas biológicas, psicológicas e ambientais ao comportamento. Em oposição, a Criminologia Crítica desloca o objeto de seu estudo da criminalidade para o processo de criminalização, pois verifica a construção da realidade, demonstrando que o crime é uma qualidade atribuída a comportamentos ou pessoas pelo sistema de justiça criminal. Nesse sentido, a criminalização é verificada por processos seletivos fundados em preconceitos, estigmas, estereótipos e outras questões pessoais que são desencadeadas por fatores sociais como desemprego, pobreza, moradia em periferias etc. (BARATTA, 2011).

Assim, conforme é abordado durante o decorrer deste trabalho, a Criminologia Crítica realizou ampla crítica sobre o incremento punitivista, a partir dos riscos gerados na sociedade complexa. E, essa preocupação apareceu com maior vigor a partir especialmente dos anos de 1980, quando movimentos sociais de direitos humanos passaram a desenvolver um discurso de fomento ao sistema penal como estratégia para o alcance da justiça social. Os Movimentos Feministas, nesse sentido, parecem ter sido um grande motor do desenvolvimento dessas pautas punitivistas nos crimes contra as mulheres. É bem verdade que até este momento, no Brasil, mas também em grande parte do mundo, os delitos de natureza doméstica e/ou familiar eram tratados como inexistentes ou como parte das relações íntimas e privadas, razão pela qual se compreendia que a vida, a saúde e a dignidade das mulheres tinham um valor menor.

De igual forma, parece ter sido uma escolha discursiva do feminismo o abandono das críticas ao sistema punitivo e a progressiva introdução a teorias legitimadoras da pena, especialmente, no que diz respeito a sua importância simbólica, o que constitui um paradoxo, já que o movimento é historicamente situado na esquerda política e também tem como pauta a deslegitimação penal em delitos cometidos pelas mulheres – como o aborto, por exemplo. Nesse sentido, entendemos que esta pesquisa encontra relevância teórica ao confrontar a Criminologia Crítica e os Movimentos Feministas, ambos em suas amplas vertentes e correntes.

Frente ao exposto, referente ao contexto social e jurídico da temática abordada por essa Tese de Doutorado, faz-se importante levar em conta que não há neutralidade nas ciências humanas e, que a busca pela verdade científica parte, inevitavelmente, no local de fala de quem pesquisa. Por isso, penso ser importante colocar-me neste momento na primeira pessoa do singular e, enquanto alguém que traz consigo sua história para justificar a escolha por este tema. O tema da pesquisa, que permeia o paradoxo entre a Criminologia Crítica e os Movimentos Feministas está diretamente relacionada com os movimentos nos quais eu milito social e academicamente. Assim, destaco que, meu primeiro Mestrado foi na linha de pesquisa em Criminologia, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da PUC/RS, reconhecido nacionalmente como um espaço de discussão acadêmica antipunitivista ou de crítica ao sistema penal. Já o meu segundo Mestrado foi na linha de Políticas Públicas, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSM e discuti, especialmente, questões relacionadas ao gênero feminino. Eu, que sou mulher, mãe

de uma menina de oito anos e me reconheço como feminista, especialmente, em razão da quarta Onda do movimento, tenho como pauta das minhas atividades acadêmicas e profissionais os estudos de gênero. Além disso, durante esses mais de quatro anos de estudos de gênero para o desenvolvimento desta Tese de Doutorado, aprofundei meu olhar em relação às pautas do feminismo negro e, mesmo sendo branca, tendo sobrenome “alemão” e nunca, portanto, tendo sofrido na pele as violências do racismo. Somente após as leituras e pesquisas com feministas negras é que consegui reconhecer que minha mãe, que até pouco tempo atrás eu julgava ser “parda” ou “morena” foi<sup>5</sup>, na verdade, uma mulher negra, filha de um homem negro e uma mulher de origem indígena e que, em razão do racismo estrutural eu nunca enxerguei. Peço licença aos leitores e às leitoras deste trabalho para fazer esse reconhecimento identitário da minha origem familiar, não porque eu hoje me julgue diferente, mas porque a política de branqueamento e a forma como historicamente se enxergou a mestiçagem neste país, talvez diga muito sobre aquilo que somos e que fazemos, inclusive enquanto militamos por causas sociais. Nesse sentido, acredito que o véu do patriarcado encobre nossa visão criminológica, mas que a “cegueira” colonial também embasa nosso olhar enquanto militante feminista, razão pela qual o paradoxo que busco discutir neste trabalho não é só teórico ou acadêmico, mas também relacionado a minha prática cotidiana como feminista, docente e mulher politicamente inserida no mundo.

Assim, tendo em vista os espaços de militância feminista que percorro, que são eminentemente punitivistas em relação à violência de gênero, e aos referenciais teóricos criminológicos que transitei ao longo da vida acadêmica e profissional, é especialmente conflituoso para mim o enfrentamento da temática que busco desenvolver nesta tese. Por isso, não é óbvio dizer que esse trabalho foi se construindo ao longo do tempo, porque não foram só contribuições teóricas e análises da pesquisa de campo que foram sendo concebidas, mas também foi preciso uma reviravolta interna - em mim mesma - e um olhar cotidianamente crítico e desconfiado do conforto de uma vida de mulher branca, para que os resultados fossem atingidos. E, destaco, resultados esses que não são neutros ou imparciais, mas frutos da concepção de mundo e da(s) lupa(s) que escolhi utilizar durante este caminho. Ressalto que, conforme já exposto, durante todo o texto da Tese, utilizo os verbos na

---

<sup>5</sup> Minha mãe, Maria Gonçalves Martins, faleceu vítima de atropelamento aos 49 anos, em 04.12.2004, sem que nunca tenhamos conversado sobre sua cor, nem a origem étnica dos meus avós.

primeira pessoa do singular e do plural para que fique marcado no discurso que não me afasto da pesquisa e que, além disso, trago comigo muitas outras mulheres nesta trajetória. Também aproveito esta oportunidade para esclarecer que, ao contrário do determinado nos manuais de metodologia científica e nas regras da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), optei durante esta escrita por utilizar os prenomes de todas as mulheres que são referências dessa pesquisa sempre que aparecem pela primeira vez no texto, inclusive nas citações em autor/data – e faço isto para que seja possível tornar visível o marcador de gênero feminino, cotidianamente ocultado e tornado “neutro” dentro do campo das ciências.<sup>6</sup>

Assim, esta Tese se insere na linha de pesquisa Direito e Multiculturalismo do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões (URI), campus Santo Ângelo, onde não há ainda nenhuma pesquisa de Doutorado discutindo esse tema. Com a finalidade de averiguar o ineditismo, quando da qualificação do projeto desta Tese realizamos a análise do estado da arte do tema, junto à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Dessa forma, com os descritores “criminologia” e “feminismo” foram localizados 37 trabalhos, dos quais 19 foram defendidos entre os anos de 2015 e 2019 e se trata de 18 dissertações e uma tese, a maioria em programas de pós-graduação em direito, mas também na área de psicologia, serviço social e saúde pública. Verificando minuciosamente esses dezenove trabalhos defendidos nos últimos cinco anos, constatamos que quatro dissertações possuem discussões próximas ao tema desta tese e outras duas dissertações tangenciam parcialmente a problemática (quadro 01) conforme segue:

Quadro 01 – Estado da arte na temática desta tese junto à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) entre os anos de 2015 e 2019

<b>Título do trabalho</b>	<b>Autora</b>	<b>Programa</b>	<b>Ano de defesa</b>	<b>Relação com a tese</b>
O elefante e a cristaleira: o sistema de justiça criminal no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher a partir de uma análise crítica	MARQUES, Beatriz de Oliveira Monteiro	Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na	2019	Sim

<sup>6</sup> Essa é a postura adotada por algumas revistas feministas, como a Revista Estudos Feministas da Universidade Federal de Santa Catarina.

		Fundação Oswaldo Cruz		
A legislação de enfrentamento à violência contra as mulheres e uma concepção de justiça de gênero no Brasil: uma análise da Lei Maria da Penha e do Feminicídio sob a perspectiva da criminologia feminista	LIMA, Amanda Gabriela Gomes de	Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Alagoas – UNIFAL	2018	Sim
Pornografia de vingança: vulnerabilidades femininas e poder punitivo	RODRIGUEZ, Liziane da Silva	Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS	2018	Parcial
Lei Maria da Penha: uma análise crítica da sua aplicação nas cidades do Recife e do Rio de Janeiro	FERREIRA, Débora de Lima	Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP	2016	Sim
A dominação masculina, o patriarcado e a apropriação estatal de conflitos: contribuições da justiça restaurativa aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher	SILVA, Gabrielle Saraiva	Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória	2016	Parcial
(Re)pensando a epistemologia feminista na análise da violência contra a mulher: uma aproximação com a Criminologia Crítica.	LUCENA, Mariana Barrêto Nóbrega de	Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba	2015	Sim

Fonte: ADAMS, 2021, s.p.

Nenhum desses trabalhos é específico na problemática aqui investigada e também não possui metodologia de trabalho semelhante. Além disso, outros 18 trabalhos foram selecionados nos descritores “criminologia” e “feminismo”. Desses, há importantes textos que já se tornaram inclusive livros sobre Criminologia Feminista e que também serão debatidos ao longo desta tese. Eles não foram incluídos no Estado da Arte em razão de estarem excluídos do lapso temporal investigado (2015-2019), mas possuem inegável relevância na discussão do tema no país.

Outro repositório analisado na construção do Estado da Arte desta tese foram as publicações realizadas nos eventos nacionais e internacionais do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI). A escolha pela utilização desse repertório de trabalhos se deu não só porque o CONPEDI é o maior espaço de publicação da pós-graduação jurídica do país, mas também porque reconhecemos a importância de verificar os trabalhos que estão sendo produzidos

durante o período de elaboração desta tese e que efetivamente ainda não foram defendidos nos seus programas de pós-graduação.

Assim, a análise dos trabalhos inscritos e publicados no CONPEDI foi feita utilizando como marcos temporais os anos entre 2015 e 2019 e como eventos apenas os Encontros Nacionais e Internacionais realizados por este conselho. Para a seleção dos artigos, utilizamos a busca dentro dos Grupos de Trabalho específicos de cada um dos encontros com relação à criminologia e gênero. Percebemos, assim, que até os eventos realizados em 2017 o CONPEDI não possuía GTs específicos para discussões relativas à gênero e sexualidades, o que sugere a dificuldade de aceitação dessa temática dentro dos cursos jurídicos do país e do próprio sistema judiciário. Dentro de cada um dos GTs foi realizada, então, uma pré-análise dos trabalhos publicados e que tinham relação com este projeto de tese, ou seja, foram selecionados todos aqueles artigos relacionados à violência contra a mulher, feminicídio, Lei Maria da Penha, feminismos, mulheres encarceradas, violência sexual contra as mulheres, totalizando 42 textos em 12 diferentes encontros. Observamos que no último ano de análise, em 2019, houve o maior índice de trabalhos relativos a essas temáticas, com 18 artigos.

Após a análise de todas as publicações, seis artigos foram selecionados com relação direta a esta tese (quadro 02). São eles:

Quadro 02 – Estado da arte na temática desta tese junto ao repositório dos eventos nacionais e internacionais do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI) entre os anos de 2015 e 2019

Ano	Local	Grupo de Trabalho	Título do Trabalho	Autora(s)
2018	Porto Alegre-RS	Gênero, Sexualidades e direito III	A criminalização de condutas como reconhecimento de direitos a partir dos Movimentos Feministas	SOARES, Taisa Gabriela; VASCONCELLOS, Fernanda Bestetti de
2017	São Luiz-MA	Criminologias e política criminal	Lei Maria da Penha onze anos depois: contradições do punitivismo de esquerda e intersecções feministas	BESTER, Gisela Maria; BORGES, Nayara Gallieta
2017	São Luiz-MA	Criminologias e política criminal	Quebrando muros, construindo pontes: tensões entre criminologias e feminismos	SOUZA, Luanna Tomaz de
2016	Brasília-DF	Criminologias e política criminal	Lutas sociais e política criminal: os novos movimentos sociais e a luta por direitos por meio da Lei Penal	MASIERO, Clara Moura

2016	Montevideo-Uruguai	Criminologias e política criminal II	Revisitando as críticas feministas às criminologias	CAMPOS, Carmen Hein de
2016	Curitiba-PR	Criminologias e política criminal	Feminismo e Criminologia Crítica: uma intersecção necessária	LOPES, Twig Santos

Fonte: ADAMS, 2021, s.p.

Apesar de pontos em comum com esta Tese, especialmente relacionados à base epistemológica, nenhum desses trabalhos, contudo, tem a mesma problemática aqui desenvolvida e tampouco a mesma metodologia de trabalho. Desta forma, este trabalho se justifica não só pela sua relevância acadêmica, como também pelo ineditismo nas pesquisas do país.

Na sequência da Introdução, a seguir é apresentado o problema da Tese.

## 1.2 Problema da Tese

A Criminologia Crítica, em sua vertente abolicionista condena o sistema penal como forma de diminuição das violências nas sociedades complexas. Por sua vez, Movimentos Feministas têm apresentado um discurso punitivista contra as várias formas de violência contra as mulheres, como alternativa de solução desse problema. Diante do exposto e, por meio de uma pesquisa qualitativa com Movimentos Feministas brasileiros, apresentamos o seguinte questionamento: Quais são as possíveis conexões existentes entre a Criminologia Crítica e os discursos punitivistas de mulheres feministas que militam em movimentos, coletivos e ONGs brasileiras, no combate à violência contra as mulheres?

Após se vislumbrar o problema da tese, é salutar apresentar as hipóteses que a acompanham, conforme segue, na próxima seção.

## 1.3 Hipóteses da Tese

Diante do problema de Tese, levantamos as seguintes hipóteses para responder ao problema de pesquisa:

1. A história dos Movimentos Feministas no mundo foi construída por diferentes movimentos de lutas que, academicamente, são reunidos em Ondas, ou seja, períodos que auxiliam seu estudo. Com relação à pauta da violência contra as mulheres, esses diferentes movimentos, que não são uníssonos, historicamente não

foram olhados por meio da Criminologia Crítica. A criminologia foi construída por homens e para os homens sem levar em consideração não só as pautas dos Movimentos Feministas como, especialmente, não se preocupar em enxergar a si própria por meio de uma epistemologia feminista. A Criminologia Crítica, dentro da neutralidade epistemológica patriarcal, trouxe o componente de classe para os debates criminológicos, mas deixou sistematicamente de inserir as questões de gênero em suas discussões.

2. Paralelamente à ascensão das tendências punitivistas do final do século XX surge a criminologia feminista como uma possibilidade de incorporação dos debates relacionados à violência contra as mulheres e também produzida pelas mulheres. Contudo, a criminologia feminista ainda não foi capaz de conciliar as pautas entre o feminismo e a Criminologia Crítica, relacionados ao punitivismo penal. Isso porque os Movimentos Feministas e as produções acadêmica e legislativa, a partir dos anos 80 - do século XX, no Brasil, traçaram discursos punitivistas e de Direito Penal simbólico que, se por um lado, foram importantes naquele momento histórico para dar visibilidade às mulheres como sujeitas de direito, por outro lado, foram incorporadas no discurso populista que legitima o sistema penal – justamente o mesmo sistema que tem como função primordial o controle dos corpos das pessoas indesejáveis, ou seja, as negras, pobres e periféricas.

3. No início do novo século e, especialmente, a partir da segunda década do século XXI, os Movimentos Feministas tiveram maior visibilidade por meio dos movimentos organizados em rede e que passaram a se utilizar das tecnologias da informação e comunicação. Esse processo crescente de empoderamento feminino e de luta contra a violência, contudo, não foi paralelo aos movimentos abolicionistas e anti-carcerário, que só encontra algum vigor dentro das discussões do Movimento Feminista negro. Nesse sentido, não há conexão entre os discursos feministas e criminológicos críticos em relação à diminuição da violência contra a mulher. A possibilidade, assim, de diminuição da violência de gênero não deve ser relacionada ao incremento da legislação penal, mas passa por um processo contínuo não só de desconstrução das masculinidades compulsórias e do machismo recreativo na educação formal e não formal de meninos e homens, como também da inserção de mecanismos restaurativos na gestão desses conflitos.

#### 1.4. Objetivos da Tese

Dessa forma, considerando a problemática exposta, bem como as hipóteses levantadas, o objetivo geral desta Tese é o de analisar quais são as possíveis conexões existentes com os discursos dos Movimentos Feministas e a Criminologia Crítica no combate à violência contra as mulheres. Como caminho para alcançar o objetivo geral, elencamos os seguintes objetivos específicos: 1) Estudar a história, Ondas, correntes e pautas dos Movimentos Feministas e o feminismo, como base epistemológica do estudo; 2) Compreender a construção criminológica ao longo do tempo e sua neutralidade epistemológica patriarcal, bem como as concepções da Criminologia Crítica em suas diferentes manifestações; 3) Identificar como se constrói o discurso punitivista do feminismo brasileiro; 4) Estudar as demandas do feminismo no sistema jurídico positivo brasileiro e a possibilidade de conexão com a Criminologia Crítica no combate à violência contra as mulheres.

A redação deste trabalho está organizada em quatro capítulos de texto, correspondentes aos objetivos específicos da Tese, além do capítulo metodológico. O primeiro capítulo trata sobre o percurso metodológico, abordando os modos de raciocínio, métodos de abordagem, métodos de procedimento, técnicas de pesquisa e apresentando as participantes deste estudo. Como já referido, entendemos que o caminho escolhido tem relação direta com o resultado do trabalho, razão pela qual optamos por evidenciar em capítulo separado todo o delineamento metodológico. Além disso, somos conscientes do avanço do negacionismo científico, especialmente, na área das ciências sociais e humanas, de forma que se faz ainda mais necessário demonstrar como este estudo foi encaminhado para chegar aos resultados apresentados. Também entendemos que a apresentação da metodologia é importante para que outros trabalhos possam ser desenvolvidos a partir do caminho que aqui foi traçado. Utilizamos nesta parte do trabalho como principais autoras Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2003), Maria Marly de Oliveira (2007) Maria Cecília Minayo e Sanches (1993) e Laurence Bardin (1979).

O segundo capítulo discute sobre os feminismos no tempo, na epistemologia e no direito e está, assim como os demais, dividido em quatro seções. Este capítulo procura realizar uma abordagem teórica sobre o princípio da organização dos movimentos de mulheres, o sufragismo, a organização das mulheres socialistas, os movimentos de Segunda e Terceira onda, com discussões sobre a teoria queer,

interseccionalidade, feminismo negro e decolonial além das discussões relativas aos feminismos em rede. As autoras que norteiam mais profundamente nossa análise são Silvia Federici (2017 e 2019), Gerda Lerner (2019), Marcela Lagarde y de los Rios (2001), Dallari (2016), Mary Wollstonecraft (2016), Nísia Floresta (2010), Ana Isabel Gonzalez (2010), Constância Lima Duarte (2010 e 2019), Joana Maria Pedro (2016), Simone de Beauvoir (2016), Judith Butler (2016), Carla Akotirene (2019), Lilia Schwarcz (2012), Silvio de Almeida (2019), Lélia Gonzales (1984), Castells (2013) e Maria Bogado (2018).

Já o terceiro capítulo trata sobre a história das ideias criminológicas, com enfoque no gênero como marcador. Nesse sentido, considerando que o interesse é compreender a construção criminológica ao longo do tempo e sua neutralidade epistemológica patriarcal, dividimos as seções para tratar inicialmente sobre as bruxas do medievo e depois sobre a criminologia iluminista, a escola clássica de direito penal e criminologia positivista. Posteriormente, abordamos o enfoque sociológico e, ao final, a criminologia crítica. Utilizamos como principais autoras para abordagem deste capítulo Federici (2017 e 2019), Vera Malaguti Batista (2011), Soraia da Rosa Mendes (2017), Baratta (2011), Zaffaroni (2003), Anitua (2008), Elbert (2003), Duarte (2017), Muñoz Conde e Hassemer (2008), Hullsman (1993 e 1997), Carvalho (2003 e 2008), Ferrajoli (2006) e Elena Larrauri (1992).

O quarto capítulo descreve a construção do feminismo brasileiro e o discurso punitivista. Nas primeiras seções do capítulo, discutimos, do ponto de vista teórico, as tendências criminológicas punitivistas no final do Século XX e início do Século XXI e a criminologia feminista. Na terceira e quarta seções desenvolvemos o início da análise de dados da pesquisa de campo, desvelando os achados sobre os movimentos, coletivos e organizações não governamentais feministas brasileiros, com suas pautas e estratégias de luta, bem como o feminismo nos movimentos sociais mistos brasileiros. Neste capítulo utilizamos como principais autoras Maria Lúcia Karam (1996 e 2015), Beck (2010), Anitua (2008), Wermuth (2011), Batista (2011), Zaffaroni (2007), Juliana Borges (2018), Sandra Harding (2019), Carmen Hein de Campos (2017), Frances Olsen (1990), Catherine Mackinnon (1982), Mendes (2017), Larrauri (1992), Maria da Gloria Gohn (2014), Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019).

Este trabalho encerra-se em seu quinto capítulo com a conclusão da análise dos dados da pesquisa de campo. Neste ponto abordamos as estratégias de

articulação do feminismo jurídico brasileiro que culminaram na projeção de suas pautas no sistema jurídico do país, especialmente, com relação à Lei Maria da Penha e à Lei do Feminicídio. Após, abordamos os feminismos em rede relacionando com a “Quarta Onda” do movimento feminismo e o direito penal simbólico. Além disso, ainda é analisada a necessidade de desconstrução da masculinidade compulsória e do machismo recreativo como um ideário de redução da violência de gênero, por meio de mecanismos restaurativos na gestão de conflitos dessa natureza. As principais autoras que estruturam as discussões desse capítulo são: Ana Alice Alcântara Costa (2006), Jacqueline Pitanguy (2019), Silvia Pimentel (1978), Mariza Corrêa (1981), Cecília Macdowell Santos (2008 e 2010), Maria Lúcia Karam (1996, 2006, 2015 e 2021), Malvina E. Muskat (2018), Daniel Welzer-Lang (2001), Raewyn Connel (1995, 2013 e 2016), Valeska Zanella (2020), Adilson Moreira (2019) e Howard Zern (2008 e 2015).